

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Participação e Representações sociais no Processo da Governação Local em Maputo: o caso
do Bairro da Polana caniço “A”

Autor: Gabriel Esperança António Malipa

Supervisor: Hélder Nhamaze

Maputo, Abril de 2014

**Participação e Representações sociais no processo da Governação Local na Cidade de
Maputo: o caso dos residentes do Bairro Polana Caniço “A”**

(Requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia pela Universidade
Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia)

Autor:

(Gabriel Malipa)

O Supervisor:

.....

O Oponente:

.....

O presidente:

.....

Maputo, Abril de 2014

Declaração

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na referência bibliográfica as fontes utilizadas para a produção do trabalho.

Autor

(Gabriel Malipa)

Dedicatória

Porque sou resultado de junção de duas famílias, dedico este trabalho a toda família Malipa e Juma, em particular ao pai António Bartolomeu Francisco Malipa (in memorian) a mãe Ana Verónica Juma.

Epígrafe

O patrimônio cultural se assemelha à biodiversidade.
Uma vez destruída pelo homem, seremos incapazes de recriá-la.

(Emília Ferrero)

Agradecimentos

Para a concretização deste trabalho, contei com apoio de muitas pessoas, das quais deram seu tempo e dedicação. É pela colaboração destas, que expresso o meu obrigado.

Agradeço a:

- Todos os Docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia da UEM que participaram directamente na transmissão do conhecimento ao longo dos estudos deram lentes para um olhar diferente às ações sociais.

Agradeço em particular ao meu supervisor, Dr. Hélder Nhamaze pelo apoio, paciência e acompanhamento dado no processo da elaboração e concepção deste trabalho.

- Aos meus pais António Bartolomeu Francisco Malipa que já não está entre nós e a minha mãe Ana Verónica Juma, por terem me educado e ensinado o primeiro abcd.

- Todos os meus colegas da antropologia, especialmente ao José Tinta, Horácio André, Izequiel Pilale, Ntikama Malapende, David Nhazilo, Marta Estedy e Ana Sofia que partilharam comigo suas ideias, por via de críticas, provocações e sugestões, pois, seu apoio foi muito crucial para a realização deste trabalho.

- Agradeço ao Dr. Nobre Canhanga, ao meu irmão em cristo José Patrício Manuel André, ao meu tio Michael Richard Juma e aos meus irmãos de sangue a saber: Rui, Basílio, Mateus, Maico, António, Ana, Bento, Evelina, Gloria e Belo todos estes Malipa, pelo impulso sem preço para a vida.

- A minha esposa amiga Emília Zacarias Gueze, ao Gabriel Marven Malipa, meu Junior e a Neusa António pela companhia saudável de todos dias.

- Agradeço a todos funcionários da UEM, em particular aos do Departamento de Arqueologia e Antropologia pela prestação incansável dos serviços.

- Finalmente, quero agradecer a todos que deram espaço para que esse momento fosse uma realidade, o meu muito obrigado do tamanho do mundo!

Resumo

O presente relatório analisa a participação política das comunidades no processo da governação local na cidade de Maputo, tendo como foco de análise as representações criadas pelos residentes do bairro Polana Caniço “A”. A ideia da Governação Local surge num contexto onde foram criadas as Autarquias Locais (criadas pela Lei 2/97 de 18 de Fevereiro), como uma forma de garantir a autonomia administrativa, financeira e patrimonial com vista a abrir um espaço de tomada de decisão por parte dos actores locais. Este processo foi concebido, no geral, sob a crença de que a participação efectiva das populações constituía-se como um elemento de Consolidação da Paz e da Unidade Nacional.

Este estudo olha para o processo da governação local como um campo onde se estabelece um conjunto de relações entre os representantes do poder local e os membros da comunidade, onde as assimetrias de poder entre os actores envolvidos no processo da governação local revelam indicadores de construção dos espaços e configuração das identidades e categorias sociais que norteiam os actores intervenientes.

Para compreender como é que a governação local configura e define os espaços sociais, este estudo tomou como base uma abordagem analítica dos processos políticos. Esta abordagem, sustenta-se nos pressupostos teóricos do interaccionismo simbólico, inspirada em Goffman (2002), que defende que a interacção constitui-se como forma de comportamento, e a natureza dos objectos do mundo social é simbólica.

Esta teoria foi pertinente porque permitiu-me compreender como é que as interacções estabelecidas entre os residentes configuram e abrem espaço de actuação política fundamentada em suas representações e trajectórias socioculturais. Esta teoria teve em conta a etnografia como um método de procedimento, sustentada pela observação participante, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais como técnicas de recolha de dados.

Da pesquisa concluo que a participação comunitária é uma prática social configurada por um conjunto de ideias, valores e comportamentos individuais e colectivos que se vêm construir e reconstruir no dia-a-dia das interacções entre estes (actores sociais).

Palavras-Chave: Participação; Governação Local e Representação Social

Lista de Abreviaturas

CRM – Constituição da República de Moçambique

GL - Governação Local

IPCCs- Instituições de Participação e Consulta Comunitária

IPCCs - Instituições de Participação Comunitária

MARP- Mecanismo Africano de Revisão de Pares

MASC - Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil

NEPAD- Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

OLE- Órgãos Locais do Estado

ONG's- Organizações não Governamentais

PC – Polana Caniço

PEDD e PESOD - Processo de Elaboração dos Planos Estratégicos e Operacionais

ROL- Reforma dos Órgãos Locais

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

Índice

Declaração	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Lista de Abreviaturas	vi
1 Capítulo I.....	1
1.1 Introdução.....	1
2 Capítulo II.....	4
2.1 Revisão da Literatura	4
2.1.1 Abordagem Funcional	6
2.1.2 A abordagem Contra funcional	8
2.1.3 Abordagem Adoptada.....	11
2.1.4 Hipótese	12
3 Capítulo III	13
3.1 Quadro Teórico-Conceptual	13
3.1.1 Participação.....	14
3.1.2 Governação Local.....	15
3.1.3 Representação Social.....	16
4 Capítulo IV	18
4.1 Metodologia.....	18
5 Capitulo V	20
5.1 Apresentação e Análise dos dados	20
5.1.1 Entre os Governos de Casa e da Comunidade.....	20
5.1.2 A Governação Local como um Fenómeno Social	23
5.1.3 Relação entre os Mecanismos de informação e Participação Comunitária	27

6	Considerações Finais.....	33
7	Referências Bibliográficas	36

1 Capítulo I

1.1 Introdução

O presente estudo explora a forma como as representações sociais sobre a governação local configuram e definem a participação nos processos governativos entre os residentes do bairro Polana Caniço (PC) “A”. Especificamente, procurou identificar as Pessoas que “participam” na Governação Local (GL); caracterizar os actores sociais neste processo da Governação Local, tendo em conta as suas trajetórias sociais e culturais; descrever as práticas que se constituem como elementos definidores da participação comunitária e analisar a relação entre discursos oficiais sobre a participação e as práticas a elas subjacentes dentro de um contexto específico.

O estudo surge a volta da problemática da participação comunitária enquanto uma prática social marcada por um processo da governação local na Cidade de Maputo. Este processo, tem sido um campo onde se estabelecem relações entre os actores sociais, abrindo um espaço de construção social, definição de identidades e categorias sociais.

O desenvolvimento deste estudo, centrou-se na necessidade de compreender as representações sociais sobre a participação comunitária na governação local, observada no dia-a-dia. Essas observações do quotidiano mostram que os indivíduos estão em interação, numa relação de comunicação entre eles usando recursos e instrumentos variados para garantir a estabilidade das suas relações, embora a sua interação não siga uma lógica homogénea. A análise destas interações por um lado, permitiu refutar determinadas abordagens tais como: funcional e contra-funcional, e articular instrumentos capazes de abrir um caminho para compreensão das *nuances* de funcionamento de determinados grupos de relações, por outro lado.

A governação local enquanto um fenómeno social, coloca diferentes indivíduos a interagir, através da partilha de experiências adquiridas ao longo das trajetórias enquanto membros de uma colectividade. As relações entre estes indivíduos são estabelecidas num contexto particular e específico, com uma lógica própria, onde a definição de objectivos e interesses individuais e colectivos estariam associados com os recursos disponíveis por parte de cada indivíduo, grupo social ou determinados pelo “campo de possibilidades” (Velho 2004) socialmente definido. A compreensão destas “nuances” passou pela compreensão dos processos sociais e mecanismos de

organização que interferem na procura de soluções dos problemas sociais, representando-se uns aos outros e construindo e reconstruindo como forma de gestão dos seus trajectos sociais.

Portanto, a Antropologia preocupa-se pela diversidade humana, processos políticos e sociais, explorando as, “ mundo visões” (Geertz 1989) do homem a partir da contextualização, relativização dos processos sociais e mecanismos de organização. Eis a pertinência deste assunto como objecto de estudo antropológico.

Das observações do dia-a-dia das interacções entre os indivíduos no bairro Polana Caniço “A”, percebemos que as reuniões realizadas a nível do bairro, visitas dos membros do Governo Central, auscultação por parte de alguns membros dos partidos políticos (deputados), abrem um espaço para compreender a governação local como um campo político, um espaço de produção de identidades e reconfiguração das relações socioculturais. As conversas tidas no bairro, por um lado retratam sobre a sua vida enquanto membros da sociedade, com uma identidade social definida nas suas relações sociais e, retratam a sua vida enquanto indivíduos politicamente identificados, por outro lado.

A etnografia de acordo com Peirano (1992), é um método privilegiado da ciência antropológica, onde permitiu-nos compreender como é que os indivíduos enquanto actores com identidades multifacetadas, definem e reconfiguram um conjunto de práticas socioculturais em discursos nas suas trajectórias. É nestas práticas que se configuram quase todos os tipos de relações, onde a conflitualidade entre os actores envolvidos, não só se expressa como um problema social, mas como uma forma de organização social e neutralização das determinações dos chefes locais.

Matsimbe (2000) olha para a participação como um processo em que os actores sociais com diferentes poderes e recursos actuam em instâncias formais e informais para discutir os seus interesses, identificar e negociar conflitos e desenvolver acções que tomam em consideração os interesses e preocupações das partes envolvidas. Na mesma abordagem, Parbato (2009) define a participação como o envolvimento dos indivíduos nas actividades económicas e sociais, a forma como as pessoas são envolvidas ou envolvem-se, que varia de acordo com a natureza das actividades e relações sociais entre os indivíduos. Portanto, a forma como o envolvimento se dá, para os diferentes tipos de participação. Esta abordagem, enfatiza a implementação de programas

que fazem as pessoas participarem activamente com vista a garantir a eficácia dos projectos de governação em Moçambique.

Partindo de uma abordagem qualitativa, esta pesquisa procurou explorar as representações sociais sobre a governação local, trajectórias individuais e sociais dos que estariam a participar nesse processo, as diferentes práticas e discursos produzidos a volta da participação comunitária no processo da governação local.

A recolha de dados foi pensada como um processo interactivo entre *eu* como sujeito de pesquisa e os informantes como interlocutores que orientam e configuram todo o processo da realização da pesquisa. Daí que, o processo da recolha de dados foi realizado tendo em conta o uso da observação participante, que envolveu entrevistas semiestruturadas e conversas informais. O uso destas técnicas, foi pertinente na compreensão das “nuances” das lógicas de participação e representação como um conjunto de relações estabelecidas pelos actores sociais nos processos governativos no bairro da Polana Caniço “A”, na cidade de Maputo. Assim sendo, o método etnográfico permitiu descrever as relações e práticas sociais ligadas ao processo participativo na governação local e, compreender os discursos e imagens construídas sobre a governação local nas interacções quotidianas.

2 Capítulo II

2.1 Revisão da Literatura

Na África sub-sahariana, os programas de reajustamento estrutural implementados a partir dos anos 1980 foram acompanhados por uma série de reformas focalizadas sobre “a necessidade de instituições públicas eficazes” (Chevallier 2003: 212).

A Antropologia examina os processos políticos tomando como ponto de entrada, discussões clássicas que marcaram o processo de desenvolvimento da antropologia como um ponto de transição para a compreensão das formas ditas contemporâneas de organização política (Balandier 1987; Evans-Pritchard 1940). Mas, neste contexto de análise propusemo-nos a analisar os processos políticos tendo como foco questões de debate a nível de instituições locais (Dinerman 1999; Swartz 1968) com vista a analisar esses processos políticos na sua relação com as práticas de actores e instituições. Esta abordagem permite compreender as assimetrias de poder entre os actores envolvidos no processo da governação local, os espaços construídos e as identidades e categorias sociais que norteiam os actores intervenientes.

A descentralização é um conceito de natureza política que encerra a ideia da existência de um Governo Político (autónimo) das entidades descentralizadas (Correia 2002). A descentralização em curso no país desde a década de 90, traduz-se num processo de descongestionamento de competências, desde o nível central até ao local (Canhanga 2007). Este processo vem-se desenvolver com a Constituição da República aprovada em 1990 e, a introdução do Estado de Direito.

A constituição de 1990 abriu espaço para a introdução de diversa legislação ligada as reformas de descentralização com maior enfoque para a Lei 2/97, de 18 de Fevereiro que cria as Autarquias Locais, doptada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Com a Lei 8/2003 de 19 de Maio desconcentram-se competências do Governo Central para os Governos Locais, para que os seus níveis tomem decisões relacionadas com o desenvolvimento do respectivo território (Forquilha 2007).

Aos olhos de Otayek (2005), este processo de transições políticas associadas à ideia da democracia, veio a favorecer a emergência de novos actores, mobilização da Sociedade Civil, a construção dum campo político local e a renovação das práticas participativas.

Na base destas leis, foram definidos três objectivos de implementação de uma governação local democrática em Moçambique, a saber:

- i. Organização dos cidadãos para facilitar o diálogo com o Estado ou Governo, seu principal parceiro;
- ii. Aprofundamento e consolidação da democracia como principal meio de alcançar a unidade nacional;
- iii. Desenvolvimento local.

Através destas leis, segue-se uma lógica organizacionista, onde pensa-se que a participação [efectiva] dos cidadãos em processos e actividades de governação são um instrumento de harmonização nacional (Unidade Nacional), Consolidação da paz e Democracia em Moçambique. Este pressuposto pode ser compreendido a partir de um relatório de autoavaliação de Moçambique apresentado pelo Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) que considera que:

[...] a qualidade da participação é ainda questionável uma vez que o processo [da construção e organização da sociedade civil] é incipiente, o que se reflecte na fraca qualidade técnica da intervenção da sociedade civil”. [...] uma sociedade desorganizada e desarticulada não só dificulta a interacção com os governantes, como também obstrui o trilho do desenvolvimento (Moçambique, 2008, p.61).

Portanto, o processo da Governação Local segue uma lógica formal de organização que através dela procura determinar mecanismos de harmonização por meio de abordagens e metodologias participativas. Ora, o fundamento dessas abordagens centram-se na ideia segundo a qual “a Sociedade Civil contínua fraca em termos de participação em programas de governação local, havendo a necessidade de se implementar instrumentos capazes de garantir uma auto-organização para um diálogo permanente entre esta e seus eleitos. Como defende Forquilha (2007) a Governação Local constitui-se como um campo político onde vários actores, com recursos a uma diversidade de instrumentos, actuam, (re) constroem suas identidades e

representações, este processo consagra-se com um espaço, embora formalizado, onde se podem estabelecer relações formais e informais.

Olhando para a forma como da se o processo da criação das autarquias locais, ou seja, dos governos locais, existe um conjunto de recursos e mecanismos definidos e accionados com vista a colocar os actores envolvidos no processo da governação local numa constante interacção. Então, a participação comunitária como uma estratégia incontornável, tem reproduzido discursos políticos que pela forma como ela é pensada, parte-se do princípio que as populações locais estariam a participar da mesma forma e através dos recursos e condições estabelecidas pelo governo, por um lado e, deixa um vazio por parte daqueles que a analisam, dada a centralidade na análise da dimensão funcional da participação.

É neste contexto que se constrói a participação e representações sociais no processo da governação local em Maputo, como tema que orientou a concepção desta pesquisa, visto que a governação local constitui-se como um campo de interacção entre vários níveis e camadas sociais, desde os representantes do poder central até ao local, representantes políticos, membros e não-membros políticos. Este processo coloca os actores envolvidos nas relações de proximidade e distanciamento, através do estabelecimento de laços formais e informais.

Diferentes autores, seguindo modelos explicativos diferentes procuraram analisar a questão da descentralização e desconcentração do poder político. Mas, estes modelos explicativos convergem por seguirem uma mesma abordagem, a participativa, pois, procuram compreender e explicar a governação local, olhando particularmente para a questão da participação das populações locais nos processos de decisão política em Moçambique. Duas abordagens explicativas foram identificadas: funcional e contra funcional.

2.1.1 Abordagem Funcional

Esta abordagem olha para o processo de descentralização na sua perspectiva funcional, onde a participação dos cidadãos de forma efectiva seria um contributo deste processo para a pacificação do país e do processo da democratização, sob uma necessidade absoluta para dar resposta à diversidade em Moçambique. Esta abordagem, ao procurar mostrar a funcionalidade deste processo de descentralização e desconcentração, permite-nos compreender a lógica destes

programas. Esta abordagem pode ser compreendida a partir dos seguintes autores Faria (1999), Brito (2003), Bilério (2007), Ernesto (2003), Tajú (2002).

Faria (1999) no seu estudo sobre o processo de descentralização em 2011 no distrito de Namaacha, revela que no processo de planeamento descentralizado, a nível do governo distrital, existem constrangimentos dentre os quais, o fraco envolvimento das comunidades locais na gestão do processo de desenvolvimento. Partindo do mesmo pressuposto, Faria (1999) defende a introdução de iniciativas de capacitação das comunidades de modo que a sua participação seja efectiva, que passa pelo fornecimento de instrumentos através dos quais as populações locais podem se envolver.

Por sua vez, Bilério (2007) num estudo de caso realizado no município de Inhambane, questiona “até que ponto um governo é democrático”, e afirma que os governos locais constituem-se como um meio para a consolidação da democracia, onde para tal, é necessário uma participação efectiva dos cidadãos, uma igualdade de voto, pois quando as populações elevam suas actividades a nível micro, contribuem para a elevação do macro.

A não efectividade dos objectivos da descentralização tem sido associada à dita falta de participação da população em programas políticos. Neste sentido, algumas pesquisas de terreno concluem existir, por um lado a falta de comunicação entre as entidades municipais e a população em causa.

As visitas aos bairros são vistas como sendo um indicador da participação e a falta de comprometimento entre os actores políticos e as camadas sociais, faz com que não se mantenha um contacto físico com esta comunidade local. Não existem essas visitas, devido a um mal-entendido por parte dos deputados, onde pensa-se que para serem re-eleitos precisam de se relacionar com os membros dos aparelhos dos partidos e não na defesa dos interesses dos seus eleitorados (Brito 2003; Bilério 2007; Ernesto 2003; Tajú 2002).

Esta abordagem ao procurar discutir a natureza da funcionalidade da descentralização e desconcentração à luz da participação local, olha por um lado, para a descentralização e desconcentração do poder como programas e pacotes inatos pela sua natureza, perdendo de vista as diferentes trajectórias que eles vão assumindo. Por outro lado, a participação local é tida como

um dado por si próprio, como um pacote passível de ser implementado em todos os contextos moçambicanos.

2.1.2 A abordagem Contra funcional

Esta abordagem é caracterizada por um aspecto crítico do processo da descentralização, focando-se particularmente, sobre a questão da participação local como um fim deste processo. Segundo esta abordagem, a descentralização política vem aumentar o monopólio do poder por parte dos Órgãos Locais do Estado (OLE) e chefes comunitários, provocando uma série de conflitos de poder político. Portanto, para esta abordagem a participação local não existe como tal e, se existe, não é precisa e não tem nenhuma efectividade. Esta abordagem pode ser compreendida a partir dos autores seguintes: Forquilha (2007), Caceres (2007), Canhanga (2007), Chichava (1999), Amaral (2006), Araujo (1969), Mussane (2002).

Mucabele (2004) numa abordagem sobre a planificação participativa, explora e analisa o papel das autoridades tradicionais neste processo. Esta análise, para ele, passa pela compreensão da questão participação dos cidadãos em projectos de governo (Idem, p.14). Este autor, ao considerar que “a participação dá se quando a formulação do projecto necessita de interacção entre grupos de beneficiários e a efectividade do projecto depende do processo de negociação entre os beneficiários, gestores e financiadores do mesmo”, olha para a participação comunitária como um pré-requisito que faz com que os programas do governo o sucesso. Nesse sentido, esta forma de pensar, leva-lhe também a assumir a participação como uma forma de exercício da cidadania, como ilustra o trecho abaixo:

[...] a participação activa da comunidade na elaboração e execução dos planos de desenvolvimento local é fundamental para as comunidades, pois o seu envolvimento faz com que tenham responsabilidades, o que implica que estes (membros da comunidade) conheçam o seu papel dentro do processo. Mas, por outro lado, essa participação efectiva e positiva precisa que a comunidade seja dada o poder de decisão e execução, criação de mecanismos de comunicação, diálogo entre as partes envolvidas, mobilização comunitária para uma interacção aberta (p32).

A Governação Local constitui-se como um foco importante olhar para a descentralização e desconcentração como elementos fulcrais para a compreensão de dinâmicas políticas e institucionais em Moçambique a partir das políticas que se têm vindo a adoptar. Amaral (2006) afirma que a criação de um espaço de governo local, dá ao cidadão a possibilidade de construir uma comunidade e conhecer o que acontece a nível local de modo que possa ter soluções mais eficazes; condiciona o fomento espontâneo de uma geração de quadros políticos e administrativos com habilidades e capacidades de comunicação com as populações, assim como garante que haja diálogo com as autoridades tradicionais e o reforço da unidade nacional.

No debate sobre a participação política na governação local, Faria (1999) e Forquilha (2007) partilham do mesmo ponto de vista, ao afirmam que o processo de autarcização que culminou com a aprovação da lei 2/97, aumenta o espaço de decisão local e um maior envolvimento dos cidadãos na gestão e resolução dos problemas de natureza local. Estes autores salientam que tem se assistido uma ineficiência na participação dos cidadãos em programas políticos a nível local e uma fraqueza na actuação de programas políticos em alguns governos distritais, fazendo com que a participação não seja satisfatória. Portanto, dificilmente podem alargar a base de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão a nível local, assim como não permite reduzir a distância entre o Estado e os cidadãos.

O trajecto histórico que Moçambique teve e as políticas adoptadas logo após a independência, estão caracterizados por um pluralismo débil (a democracia continua algo superficial) e um sistema de poder dominante (dificuldade de distinguir o Estado do partido no poder), caracterizado por uma forte dinâmica centralizadora do poder (em todos os domínios), movidas em parte por aspectos herdados das lógicas e práticas coloniais (hierarquizado e centralizado) (Caceres 2007; Canhanga 2007; Chichava 1999; Forquilha 2007).

Nesse sentido, Forquilha (2007) faz uma análise deste processo de descentralização ao afirmar que as reformas de descentralização dificilmente podem alargar a base de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão a nível local, assim como não permite reduzir a distância entre o Estado e os cidadãos.

Segundo Chichava (1999), a descentralização é uma organização de actividades da Administração Central do Aparelho do Governo Central, através de medidas administrativas e fiscais que permitam a transferência de responsabilidades e recursos para agentes criados pelos órgãos de administração central ou medidas políticas que permitem atribuição pelo Governo Central, e poderes, responsabilidades em recursos específicos para as autoridades locais. É neste contexto de políticas governamentais que em Moçambique assistiu-se a existência de duas formas de descentralização e desconcentração de poderes, a Administrativa e Política.

Por sua vez, Forquilha (2007) defende que a descentralização e a desconcentração ganham impulso com o processo de transição política dos anos 90, sob o objectivo de reforçar a democracia e favorecer a emergência de novos actores, a mobilização da sociedade civil, a construção dum campo político local e a renovação das práticas participativas.

Nesta perspectiva, este processo em Moçambique, surge como uma viragem de todo o processo de centralização do poder que se vinha desenrolando logo após a independência. A adopção de um Estado descentralizado em Moçambique, visava superar a forte centralização da Administração pública, com vista a aproximar o Estado dos cidadãos como forma de promover aos cidadãos o serviço mínimo na saúde, educação, transporte, habitação e mais.

Valá (1997) em “os imperativos da participação comunitária publicado no Jornal Domingo (Pg 18. 11/01/97, nº833), defende que mais do que um processo de auscultação ocasional da população sobre as acções específicas, a participação comunitária é um envolvimento directo das comunidades locais nos processos e programas do governo, devendo incorporar componentes (tradição e cultura locais, lideranças próprias e legítimas, envolvimento da mulher e assente na inclusão social) que possam servir de base para o sucesso de projectos e programas do governo.

Com o processo de descentralização e desconcentração do poder, o governo objectiva-se a colocar as populações a participar na resolução dos seus problemas quotidianos, permitindo-lhes que formulem leis próprias, mas dentro do padrão legal geral do país. Esta desconcentração implica a alocação de actividades administrativas com base em critérios espaciais (para outros pontos fora da sede do Governo) e funcionais (através da criação de órgãos de autonomia administrativa) (Amaral 2006; Araujo 1969; Chichava 1999; Mussane 2002).

Nestas abordagens, percebe-se que a participação constitui-se como uma estratégia governamental através da qual se integra os cidadãos em programas de decisão política do Estado.

Acreditando que a participação política dos cidadãos é um instrumento de garantia da Unidade Nacional, da Consolidação da Paz e Democracia em Moçambique, pouco se esclarece, se a questão da eficiência e ineficiência da participação local, devido a forma como a participação local é analisada, pois, é pensada à luz das políticas públicas, tentando se transportar um modelo oficial que define o que seria participação comunitária e como é que as populações devem participar.

Portanto, olhar para a descentralização e desconcentração como programas, não nos permite superar as dinâmicas a eles subjacentes, havendo a necessidade de olhá-los como processos, susceptíveis de reformulações e dinâmicas em função dos contextos sociais e culturais em que eles são aplicados.

2.1.3 Abordagem Adoptada

A distinção das abordagens usadas no estudo da comunidade, para a percepção da sua participação no processo da governação local, é pertinente para ajudar-nos a fazer face a nossa pergunta de partida. É com este intuito que fizemos um esforço que resultou na distinção das abordagens Funcional e Contra Funcional as quais são modelos usados por diferentes autores no estudo das comunidades, nos seus diferentes *modus vivendi*.

Aqui abrimos um parêntesis, onde vimos que para responder a nossa pergunta de partida, estas duas abordagens não nos serão úteis, razão pela qual não optaremos por nenhuma destas duas, tal como nos alerta Arretche (2007), que “não são todos os Fenômenos políticos que podem ser explicados por estas teorias, mas apenas aquela cujas características se ajustem às suas premissas”. Assim sendo, optaremos pela abordagem que Geertz (2001) traz, ao referir que a Antropologia pode contribuir nesse debate porque sua principal tarefa é estudar não o que a política *deve ser*, mas o que ela *é* para um determinado grupo, em um contexto histórico e social específico. Compreender, “do ponto de vista do nativo”.

Portanto, a abordagem que Geertz (1997) traz, refere a interpretações que transformam em conhecimento científico aquilo que ele considera “as implicações mais gerais dessas

interpretações; e um ciclo recorrente de termos símbolos, significado, cujo objetivo é sugerir que existe um sistema de persistência, que todas essas perguntas, com objetivos tão diversos, são inspiradas por uma visão estabelecida de como devemos proceder para construir um relato da estrutura imaginativa de uma sociedade”.

A pesquisa tomou como pergunta-chave que teria originado todo um conjunto de questões, através da qual orientou a nossa pesquisa, a saber: Como é que as representações sociais que os residentes do bairro Polana Caniço “A” têm sobre a governação local configuram e definem a participação nos processos governativos?

2.1.4 Hipótese

Como forma de responder à questão acima colocada, avançamos com a seguinte hipótese, a qual constitui-se como um fio condutor da pesquisa, susceptível de confirmação assim como definição ao longo da realização da pesquisa de campo.

Os residentes do Bairro da Polana Caniço “A” não participam dos conselhos locais porque acham que essas Instituições não lhes representam.

3 Capítulo III

3.1 Quadro Teórico-Conceptual

Segundo Balandier (1987), a compreensão dos sistemas de organização política das sociedades passa pela análise das suas interacções sociais, culturais e simbólicas. Ora, para este autor, a abordagem sobre uma Antropologia do Político deve ser colocada a luz do debate sobre as abordagens maximalistas e minimalistas que sustentam o político como objecto de estudo antropológico. As teorias maximalistas são aquelas que acreditam que todas as sociedades têm uma forma de organização política e, as minimalistas acreditam que nem todas as sociedades têm uma forma de organização política.

Portanto, a necessidade de uma abordagem antropológica virada para questões de natureza política, passa pela necessidade de compreender as formas e estratégias de organização de determinados grupos de relação. No contexto de análise, em algum momento, no processo de participação política na governação local, percebe-se que existe uma abordagem que tendem a não ter em conta com as formas particulares de organização políticas das comunidades. Contudo, nesse sentido os grupos tendem a interagir entre eles em função das estratégias adoptadas pelo governo, criando e reconfigurando os mecanismos formais de governação, estabelecendo-se espaços de interacção através dos quais se assiste um processo de identificação entre os actores sociais envolvidos.

O interacionismo (Goffman 2002; 1975) defende que a interacção é elemento que constitui as formas de comportamento, e a natureza dos objectos do mundo social é simbólica, acredita-se que o que o comportamento humano é auto-dirigido e observável, no sentido simbólico e interacional, permitindo o ser humano planear e dirigir suas acções em relação aos outros e conferir significado aos objectos que ele utiliza para realizar seus planos. Esta teoria permite-nos olhar para a definição da governação local tendo em conta um conjunto de interacções entre os actores envolvidos.

Assim sendo, optamos pela teoria interacionista, na sua vertente da representação social, como uma perspectiva que orientou a pesquisa. A operacionalização desta teoria permitiu compreender a lógica da construção dos processos de identificação, *status social* em relação com os espaços onde eles se manifestam. Esta teoria permitiu-nos compreender como é que os residentes

interagem e se auto-representam no processo da governação local, através da identificação e descrição dos mecanismos de participação destes e, como é que através dos seus recursos próprios interferem e reconfiguram os processos governativos.

3.1.1 Participação

Este conceito é mais discutido nas ciências sociais e nunca se chegou a uma concordância em termos de existência de elementos que o possam definir. Embora não existam aspectos/elementos exclusivos que a sua definição, existe um aspecto comum nas diferentes abordagens sobre esse conceito, que é a consideração deste como uma expressão prática, uma acção e um envolvimento por parte da população local.

Chichava (1998) definiu a participação como um conceito que aparece nos meados da década de 50 do século XX, quando analistas desenvolvimentistas constataram que os projectos por si elaborados não alcançaram os objectivos desejados, passando a participação dos beneficiários. Nesse contexto, para Shepherd (1998:197) a participação é muitas vezes falada e não demonstrada, daí que há necessidade de se desenvolver e aplicar indicadores que possam elucidar como a participação ocorre e qual o seu efeito sobre os participantes e a sociedade em geral. Este autor defende que a participação requer mudança de atitude, entendimento, humildade e paciência. Para este, o governo quanto as ONG's têm de promover regras que promovam a participação, sendo necessário que envolvam mais as comunidades e outras organizações existentes para responder as necessidades locais.

Segundo a Carta Africana (assinada em 1990 em Arusha, Tanzânia), a participação significa o envolvimento das populações na avaliação da realidade e das condições de vida, no planeamento das acções a tomar, no contracto, desfrute e avaliação dos resultados. A partir desta carta, percebe-se que dos processos de governação por parte dos cidadãos, seria também uma forma de participação na governação local.

Para Pretty (1995), a participação deve ser vista como um processo contínuo de diálogo, acção, análise e troca, não somente como uma simples acção da aplicação mecânica da técnica participativa ou do método participativo. Nesse sentido, o princípio fundamental da participação é a tomada de consideração da experiência e conhecimento dos participantes e a recuperação dos

saberes locais, o reconhecimento dos actores como parte activa e integrante de produção de conhecimento enquanto experiência. Essa participação implicaria a acção por parte dos intervenientes na discussão dos princípios a utilizar e da sua adequação. Esse ponto de vista pode estar relacionado com as considerações de Edgerton (2000), quando afirma que a participação deve ser vista como um processo não uniforme mediante o qual os interessados influenciam e controlam conjuntamente iniciativas, decisões e recursos que os afectam.

Mammo (1999:220) mostra que a participação apresenta duas formas: formal e informal. A participação da população pode ser formal dependendo do nível de quem organiza, exemplo da organizada pelo Estado que segue parâmetros legais em casos de *votação, serviços militares, impostos* (Parbato 2099), podendo ser passiva (cima-baixo) ou activa (baixo-cima). A participação informal é quando é espontânea ou voluntária, organizadas pela própria população nas decisões do seu interesse.

Neste trabalho concebemos a participação enquanto uma dimensão prática do fenómeno governação local. Portanto, essa passa pelo reconhecimento da existência de vários tipos de participação, aparentemente informal, que não segue uma estratégia -definida seja por via de discursos políticos quanto pelos documentos oficiais. Portanto, compreender e descrever as formas de participação dos residentes do bairro Polana Caniço “A”, no diagnóstico, formulação, implementação de programas de governação, com vista a identificar os factores que interferem ou condicionam a participação ou não desses residentes nos programas políticos, passa pela compreensão dos mecanismos e articulação dos mecanismos de tomada de decisão (formais e informais).

3.1.2 Governação Local

Segundo Ernesto (2003) a governação local é o nível de governo que é definido como uma instituição descentralizada que teria poderes gerais e resultantes da devolução do poder pelo governo central para uma área geográfica definida.

Este termo constitui-se como pessoas colectivas, públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visem a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízos dos interesses nacionais e de participação do Estado (Alves e Cossa 1997).

Neste trabalho, iremos olhar a governação local para além de um conceito e instrumento de governação do governo Central, mas como um fenómeno social. A análise deste conceito como fenómeno social implica reconhecer a sua dimensão construtivista e relativista, pois não são todos os contextos sociais que têm a ideia sobre a governação local. Portanto, será pertinente, a partir da análise deste conceito como um fenómeno social, compreender as dinâmicas socio-políticas e simbólicas que colocam os indivíduos em interacção e identificar os elementos que interferem a relação entre este conceito com a participação.

3.1.3 Representação Social

Durkheim (1970) desenvolve esse conceito numa perspectiva da colectividade das representações, onde as representações colectivas seriam um conjunto de conhecimentos e crenças representados por religião, ciência e mitos, mas que actualmente os psicólogos consideram as representações como fenómenos múltiplos estudados ao nível da complexidade individual e colectiva. Na mesma abordagem, Froy (2010) define a representação social como uma construção mental da realidade que possibilita a compreensão e organização do mundo, bem como orienta o comportamento.

Segundo Moscovici (1978) as representações sociais são uma preparação para a acção, tanto por conduzir o comportamento, como para modificar e reconstruir os elementos do meio ambiente que o comportamento deve ter lugar.

Portanto, nesse trabalho iremos ter em conta as dimensões simbólicas reconhecendo tanto a dimensão individual e social das representações. As representações sociais são uma construção de imagens através das quais se constrói a realidade social, seja a nível de categorias identitárias ou o reconhecimento dos valores socioculturais que lhe convém, em função do tempo e espaço. Essas imagens são construídas nos discursos sobre a governação local. Teremos em conta o dinamismo considerado pelo Goffman (1983) segundo o qual, as representações sociais seriam diferentes e dinâmicas.

Partindo deste ponto, iremos procurar compreender a lógica dos processos sociais e mecanismos de organização, centrando na forma como essas representações se revelam e se por meio da observação empírica. Nesse sentido, a participação das populações locais não pode ser vista como exclusiva às diretrizes traçadas pelas instituições formalizadas, pois os residentes em função dos problemas e desafios que enfrentam no seu dia-a-dia adoptam mecanismos de participação nos processos políticos.

4 Capítulo IV

4.1 Metodologia

A realização desta pesquisa seguiu duas fases. Essas fases não foram isoladas, sendo que estabeleceram uma relação de comunicação por via de discussão consistente entre os dados e instrumentos teóricos. Ora, a realização desta pesquisa, seguiu uma abordagem qualitativa, que procurou identificar e compreender as formas de intervenção e participação política na governação local das comunidades, com especial foco entre os residentes do bairro Polana Caniço “A”. Foram entrevistados residentes, representantes das estruturas de organização socio-política do bairro, articulando os seus discursos com os dos indivíduos que se submetem a eles. Observara-se eventos realizados no bairro com vista a analisar e discutir a forma como os actores sociais participam ou não em programas políticos locais.

A primeira consistiu na recolha de informações e materiais da literatura que abordam sobre a temática a pesquisar, com vista a operacionalizar esse material e discutí-lo. Essa fase teve em conta a identificação das principais abordagens que giram em torno da problemática da governação participativa. Essas abordagens, foram discutidas de forma a identificar seus pressupostos básicos, pontos de convergência e divergência, através dos quais pude construir a minha problemática de análise.

A segunda fase consistiu na realização de um trabalho de campo no bairro da Polana Caniço “A” através do uso do método etnográfico. A adopção deste método passou pelo reconhecimento de que ele é o privilegiado da ciência antropológica (Peirano 1992). Este método permitiu-me mergulhar no universo simbólico da realidade estudada, através da descrição das práticas do dia-a-dia (reuniões dos/entre quarteirões, pessoas na direcção do círculo pedindo documentos como declarações de bairro) do que fui observando entre os residentes do bairro da Polana Caniço “A”. A recolha desta informação teve em conta um posicionamento que reconheceu aquilo que Robert Rowland (1987) chamou de *etnocentrismo e relativismo cultural*.

Este posicionamento consistiu em manter uma relação distanciada que passava pelo reconhecimento das diferenças entre eu, como pesquisador e, os residentes do bairro como informantes. Este distanciamento em nenhum momento influenciou o contacto com os nativos.

O relativismo metodológico, caracterizou-se como uma aproximação cuidadosa, que consistiu numa abertura e reconhecimento da diversidade na forma de pensar e organizar o mundo. Este posicionamento permitiu perceber a lógica que se pode atribuir em relação à forma como actores sociais pertencentes a mesmos grupos de organização social pensam de forma diferente um fenómeno que pode estar a ocorrer nas suas vidas.

Ainda nesta fase, a recolha de dados foi possível através da combinação da observação participante, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas como técnicas de pesquisa para a recolha de dados (Minayo e Sanches 1993). Nesse trabalho recolhemos dados que abordam sobre a questão da governação local, participação, elementos que interferem na participação, relação entre os actores envolvidos neste processo, tendo em conta os discursos, práticas e representações que podem estar associadas. As observações irão nos permitir compreender a vida quotidiana e as práticas socio-culturais que estão por detrás da participação em processos governativos.

A técnica de entrevistas semi-estruturadas permitiu-me estabelecer uma relação aberta para colher os elementos que nos permitem formular questões na hora da entrevista. O uso das conversas informais em diferentes espaços do contexto da pesquisa, permitiu-me observar momentos importantes e específicos da pesquisa.

5 Capítulo V

5.1 Apresentação e Análise dos dados

5.1.1 Entre os Governos de Casa e da Comunidade

Com a Constituição de 1990, viu-se estabelecer a Lei 3/94, que veio a introduzir as bases legais para o processo da descentralização em Moçambique. Em 1996 (Lei 9/96, de 22 de Novembro) um novo quadro institucional, abriu um espaço para a Reforma dos Órgãos Locais (ROL). Portanto, a Constituição da República de Moçambique passou a ter novas disposições dedicadas ao poder local e, estabelece que o poder local compreende a existência de autarquias locais que poderão designar-se municípios ou povoações. De acordo com o n.º 1 do artigo 188 da Constituição da República de Moçambique, preconiza-se os pressupostos teleológicos para a participação na esfera pública, onde o poder local tem como objectivo organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios definidos a nível local.

Este é o cenário ideal, plasmado em documentos oficiais que promulgam os pressupostos e princípios de governação local e os fundamentos da sua participação. A realização da pesquisa no bairro da Polana Caniço “A”, revelou-me o facto de que a abordagem sobre programas que têm seu fundamento em determinações políticas, precisam de uma abordagem mais abrangente que passa pelo respeito pelas liberdades dos cidadãos. Respeitar essas liberdades, é garantir que os mesmos tenham o direito à informação.

Numa conversa com o informante “A”¹, sobre o que ele sabe sobre a governação local, surgiu-me a seguinte inquietação: “porquê as pessoas só pensam e falam de participação quando o assunto é dinheiro (fundo dos sete milhões)?”. A tentativa de responder a essa pergunta, foram surgindo respostas, que embora divergentes na sua forma de articulação linguística e de contextualização em termos de nível de escolaridade e pertença a grupos socialmente reconhecidos, convergiam no facto de elas reflectirem na existência e fortalecimento de micro-governos dentro de um governo formalmente descentralizado, como ilustram os episódios abaixo:

¹ Os nomes que aparecem aqui são pseudónimos, por obvias razões de ética e de respeito pelos informantes

“Governança é um processo político que envolve o controlo e gestão de todos os bens e recursos de um Estado soberano”. [...] embora eu pertença a um governo, tenho o meu, onde não sou castigado por ninguém, não tenho que obedecer as regras do outro, traço as minhas regras e mudo-as na hora que eu quiser”².

“Quando estou disponível, vou a reuniões do bairro, mas vou ser sincero consigo, não me lembro da última vez que fui participar de uma reunião. O problema não é ir ou não nesta ou naquela reunião, mas sim de perder tempo para aturar os mesmos problemas. Boa coisa quando não tiver que ir trabalhar, é ficar com a família, ver como as coisas vão em casa, as contas, monitorar os resultados das crianças do seu desempenho na escola, mesmo nos afazeres da casa”³.

“...Os documentos sempre falam de participação das populações em programas do governo e que os chefes dos postos estão a representar os interesses da população, quem os vota? O que eles fazem por nós? Estamos cansados de perder tempo indo participar em encontros que não trazem resultados, mais vale, resolvermos os nossos problemas familiares”⁴.

É principalmente sobre estas últimas considerações que vou tentar compreender a lógica micro governamental, articulando-as com dois casos registados no processo da realização das conversas, tidas com dois informantes. Parece haver pontos de desencontro entre as declarações dos informantes e as do n.º 2 do Artigo 188 da CRM estabelece que o poder local apoia-se na iniciativa e na capacidade das populações e actua em estreita colaboração com as organizações de participação dos cidadãos, auscultando opiniões sobre a melhor maneira de mobilizar e organizar a participação das comunidades na identificação das suas prioridades, na formulação, implementação, e acompanhamento dos programas e planos económicos, sociais e culturais, em prol de desenvolvimento.

A não combinação entre discursos oficiais e a realidade empírica, pode ser colocada no que Canhanga (2008:90) argumentou, que embora o conceito de governação apresente conteúdos e alcances desiguais, podendo significar ou conduzir a percepções diferentes, existe uma

² Informante A

³ Informante B

⁴ Informante C

percepção quase consensual de que o sucesso da prática governativa é alcançado através de instituições eficazes que respeitem princípios universais tais como: participação, *accountability*, transparência e descentralização. Não parece pois haver cumprimento com tais princípios universais.

Ora por outro lado, é necessário que se compreenda que cenários ideais e realidades empíricas embora se mostrem dissociadas, tendem a se entrelaçar nas interações estabelecidas pelos actores sociais. Esta afirmação sustenta-se à luz daquilo que Balandier (1987) chamou de *Sistemas de Organização Política*. Segundo ele, a compreensão desses sistemas de organização política das sociedades passa pela análise das suas interações sociais, culturais e simbólicas.

Dados revelam que nas interações entre os residentes do Polana Caniço, a forma como os actores mostram-se resistentes em participar em alguns eventos políticos, por um lado, associa-se a um conjunto de ideias e expectativas que se esperam nesses eventos (reuniões entre bairros e quarteirões) que estão virados para a resolução de problemas em que suas prioridades estão além dos esforços políticos.

Por outro lado, essas expectativas parecem revelar um comportamento próprio dos actores sociais não envolvidos directamente nas actividades políticas, sobre a sua organização política dentro do seu universo familiar que tendem a se mostrar mais importante para eles, quando os esforços das entidades administrativas locais é responder às prioridades que lhes preocupam, mesmo que não seja necessariamente daqueles que são representados.

Uma senhora, trabalhadora na machamba fora do bairro mostrou-se aberta em conversar comigo depois de me ter visto a conversar com três pessoas ao redor de sua casa. Primeiro suas declarações fizeram-me compreender que se não existe um micro-governo na sua casa, a sua casa é um universo governamental-*governança é criar regras, comandar e velar pelo seu território...minha casa é meu território, tenho minhas regras e não me meto com coisas que acontecem fora da minha casa, ainda que seja dentro do bairro*".

“As pessoas já estão saturadas, estão cansadas de serem feitas de palhaços. Eu hei de participar em coisas quando chegar o tempo de campanhas eleitorais, porque aí verás que existem chefes

neste bairro, todos vão sair para nos convocar a participar só para garantirem os seus empregos”

Com esses dados, poderíamos simplesmente problematizar a abordagem Foucaultiana (1979) sobre a governamentalidade quando fala da mudança de modelos de abordagens no processo governativo, onde a família deixa de ser um modelo de análise privilegiado e passa a ser uma unidade, a população tomando o domínio, mas a ideia é compreender as representações sobre a governação local.

Esses dados embora; revelam que o processo da descentralização abriu um espaço de produção de identidades e de construção de micro governos informais, pouco fundamentam, por exemplo a argumentação de Manor (1999) sobre a descentralização democrática e devolução. Este autor defende que se a descentralização não for pensada como um processo ou um fenómeno que media as relações entre diversos atores políticos ou não envolvidos, dificilmente pode-se compreender todo o campo político.

5.1.2 A Governação Local como um Fenómeno Social

A abordagem sobre a governação como um fenómeno social passa pelo reconhecimento da necessidade da compreensão das dinâmicas que a ele subjazem e, na forma como constrói um conjunto de representações sociais e abertura de um campo de identificação.

Portanto, nesta secção pretendo responder a duas perguntas que ao longo da realização da pesquisa me surgiram: como é que as populações locais se beneficiam e apropriam de determinadas políticas? Como é que estas se autorrepresentam em função dos programas de governação?

Ora, tais questões espelham todo um processo político e reflectem-se, até um certo ponto, na relação entre aqueles que se consideram actores políticos e os que não. Este é o cenário que a trajectória etnográfica me revelou no campo de pesquisa, onde discursos dos representantes da administração local e dos representados indicam que certos indivíduos carecem de um pensamento político virado para a solução dos problemas das populações. Balandier (1987) já tinha nos mostrado que Antropologia sempre se mostrou preocupada em compreender a natureza

desse fenómeno político através do qual se constroem identidades, onde alguns teriam capacidades de reflectir politicamente sobre os problemas sociais e outros não.

Partindo das observações e entrevistas a Governação Local mostra-se como um campo de interacções entre os actores envolvidos e, tais interacções revelam características heterogéneas, onde o esforço dos representantes do governo local é garantir que todos os residentes do bairro participem ativamente com vista a dar seu ponto de vista sobre os problemas que assolam a estrutura social. Ora, esses dados revelam que a governação é um fenómeno social por causa desta dimensão.

Numa abordagem sobre as relações de poder nas organizações, sustentada em abordagens de Foucault (1979) e Brito et al (2005) mostram que nas interacções entre os actores sociais envolvidos em actividades que pressupõem um poder de decisão tendem a se assistir nas estruturas locais, constituindo elementos pré-determinados socialmente produzindo problemas e conflitos no processo da resolução dos problemas sociais.

Para Bourdieu (1989) este aspecto estaria ao nível daquilo que chamou de *lógicas de distinção*, onde a existência do poder [simbólico] determina que entre os beneficiários das determinações dos princípios da governação local existam aqueles que são confiados um *capital simbólico*, disseminado e reproduzido por meio de instituições (círculo e comités políticos dos partidos existentes no bairro) e práticas sociais que lhes possibilita exercer o poder. Nesse sentido, os dados de campo revelam que as representações sobre a participação dos residentes na governação local, o processo de legitimação do poder é exterior aquele que o exerce.

Existe um outro esforço intelectual que pode ser feito que vai para além de um mero debate sobre aqueles que são considerados como políticos e os que não. Olhando para a perspectiva goffmaniana, as representações que se assistem entre os residentes do bairro em estudo revelam que em alguns casos, o comportamento humano não é exclusivamente autónomo para se autodirigir e, nem sempre observável (como escreveu Goffman 1975), mas é colocado numa grelha de valores e ferramentas socialmente consideráveis, segundo os quais se considera alguém como legítimo de propor sobre assuntos vitais discutidos em encontros. Este aspecto revelou-se em encontros partidários e não partidários.

Por exemplo, com a onda dos assaltos e roubos associados ao *Grupo Ferro*⁵ veio a se reconfigurar a participação dos indivíduos a nível local, como forma de proteção. Neste processo, houveram encontros entre membros partidários e entre residentes do bairro, onde o *status* político dos participantes é que servia de um elemento legitimador dos discursos, opiniões e propostas dos intervenientes.

As planificações e a forma de dirigir das acções dos residentes em relação aos outros e conferir significado da participação, abrindo espaço de compreensão de recursos como *tempo*, *prioridades*, *angústias*, tornam-se elementos de reconfiguração dos discursos sobre a governação local, colocando-a numa dimensão prática e simbólica que tende a se produzir nas interacções entre os actores envolvidos.

Partindo de alguns exemplos etnográficos, mostro que embora faça sentido a ideia dada por autores como Ernesto (2003) e Faria (1999) sobre a governação local, como sinónimo de instituições descentralizadas, com órgãos representativos próprios que visem a prossecução dos interesses das populações respectivas, a forma como os residentes do bairro Polana Caniço “A” constroem suas próprias ideias do que é governação, sustentadas pelas relações do dia-a-dia entre eles junto com as pessoas que os representam.

O informante D, de 35 anos, com o nível superior de escolaridade, estava preste a fazer um pedido de emissão de uma declaração do bairro e, falou as seguintes palavras: “*enquanto não se fazer crescer as pessoas que nos recebem, nos governam e recebem os nossos processos, nunca prosperamos, nunca vamos falar de um Moçambique melhor provedor de direitos dos cidadãos*”. Foi nesse instante que interessado em compreender ainda mais, me declarou “*as pessoas vão saber o que é isso de governação local quando os mecanismos de informação estiverem ao alcance de todos os cidadãos*”:

“*...as pessoas saberão o que é isso de governação local quando o governo lhes dar o direito à informação, quando descobrir que nem todos têm acesso a tais documentos por internet. Na*

⁵ Grupo de criminosos que arrombam as casas, assaltam, violam e engomam com ferro as suas vítimas

televisão só se fala de dinheiro e nunca de leis e regulamentações de forma descritiva e direcionada”

Ora, esse episódio oferece uns subsídios para olhar para a relação entre formas de pensar governação local e meios de informação. É um facto o que ele diz, mas é um facto também que das observações e conversas, percebe-se que a governação local tem duas dimensões de compreensão. Por um lado, ela é pensada numa dimensão administrativa dos recursos - *“governação local são formas de dirigir”* e, do exercício do poder de controlo por parte do governo- *“governação local é quando os secretários controlam os moradores, é aquilo que os nossos dirigentes fazem, por exemplo quando mandam um trabalhador fazer um determinado trabalho, depois exigir lê relatório”*.

Ainda sobre a questão do acesso à informação, Shenga e Mattes (2008) categorizam a relação entre os governantes e suas respectivas populações como sendo catalisadora duma “cidadania crítica”. Essa cidadania precisa de uma grande visão, uma desconfiança saudável fundamentada no cepticismo. Para estes autores, este tipo de cidadania é resultante do facto de os cidadãos viverem numa “sociedade de baixa informação”, com acesso limitado a notícias sobre política e assuntos públicos.

Esse aspecto de falta de informação, coloca em contradição as considerações da MASC (2011), num guião para a participação comunitária e sociedade civil boa governação, que argumenta que a governação corresponde a articulação e cooperação entre o governo distrital.

Os diferentes segmentos da sociedade a nível do distrito (que inclui comunidades locais, líderes tradicionais e comunitários, líderes religiosos, actores sociais e políticos, grupos e/ou associações formais ou informais), na gestão dos bens e interesses económicos, sociais, políticos e culturais das comunidades locais a nível distrital.

Como indiquei acima, o *campo de possibilidades* proposto por Velho (2004) é um conceito pertinente que para além de mostrar como é que os diferentes indivíduos interagem entre eles, mostra, também, como é que as determinações (valores, normas e expectativas sociais) tendem a ditar o comportamento destes indivíduos.

Neste capítulo olhei para a governação local como um fenómeno social porque, assim como os dados mostram, ela tendem a colocar diferentes indivíduos a interagir, através da partilha de experiências adquiridas ao longo das trajectórias enquanto membros de uma colectividade, onde tais relações são definidas numa combinação dos interesses individuais e colectivos colocados à luz dos recursos disponíveis.

5.1.3 Relação entre os Mecanismos de informação e Participação Comunitária

A abordagem sobre os mecanismos de informação sub-entende questões de direitos de informação. Embora transpareça, nesta secção pretendo apresentar detalhadamente os mecanismos através dos quais os representantes das estruturas do bairro adoptam como forma de garantir que os residentes possam participar de forma activa e efectiva nas actividades.

De acordo com MASC (2011), o processo da governação local apresenta os seguintes indicadores de participação: envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil no processo de identificação dos problemas locais; envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil na definição das prioridades e necessidades; envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil na tomada de decisão; envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil na implementação das soluções aprovadas; envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil na monitoria do cumprimento das decisões; envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil na avaliação dos resultados alcançados; e envolvimento das comunidades locais e da sociedade civil na responsabilização e prestação de contas.

Destes indicadores quero explorar dois que têm sido fundamentais para a eficiência do processo da governação local, que é o do envolvimento das comunidades locais na tomada de decisão e, na monitoria do cumprimento das decisões. A fundamentação destes dois pontos passa pela apresentação dos meios através dos quais os representantes da estrutura do bairro usam para se comunicar e transmitir a informação, assim como compreender como é que esses meios garantem a eficiência governativa e contribuem para a participação das comunidades.

Em entrevista com uma das representantes do bairro falou-me que as pessoas participam de forma activa nas reuniões do bairro, assim como nas dos seus quarteirões. Questionada sobre os mecanismos de transmissão de informação às mesmas, apontou o uso do telefone celular como um mecanismo fundamental de transmissão de informação “ *eu uso o telefone para informar aos representantes dos quarteirões para que estes informem as pessoas que compõem as suas unidades de controlo de modo que participam na reunião* ”.

Durante a entrevista, foram se assinalando contradições na forma como a mesma discursava. Essas contradições explicam-se, por um lado, pelos meios deficitários e insustentáveis que eles adoptam para informar às pessoas e, por outro lado, pela fraca capacidade de dinamização das reuniões realizadas com a comunidade, o que faz com que semanalmente haja um encontro entre a representante do bairro e os empresários no bairro. Esses encontros, embora sejam importantes para a angariação dos fundos, tendem a bloquear o espaço de decisão e de monitoria por parte do resto dos residentes.

“Pensas que esses estão para nós? Semanalmente se encontram com gente que tem dinheiro, mas no fim comem esse dinheiro entre eles. Precisam da gente quando o assunto é combater o crime, através de voluntariado para o patrulhamento. Eles sabem que os ladrões não atacam pobres, mas a ricos”.⁶

Durante o processo da realização da recolha de dados, apenas presenciamos duas reuniões a nível dos quarteirões. Essas reuniões, realizadas nas manhãs dos sábados, não têm tido uma aderência satisfatória por parte dos representantes desses quarteirões. Os residentes explicam não participar nas reuniões por vários motivos, trabalho, descanso e cansaço com o tipo de assuntos a debater nos encontros.

“Eu trabalho de segunda-feira a sábado, então não consigo participar das reuniões. Mas há sábados que não vou trabalhar, e se não vou porque estou a descansar é porque estou cansado dos assuntos que se vão tratar. Todos os encontros é só criminalidade, mesmo que não exista, nunca se fala de como é que nós achamos sobre o trabalho da secretária do bairro, nunca nos perguntam o que realmente nos preocupa, apenas trazem coisas que lhes preocupam. Eles

⁶ Entrevista com Informante E

tomam decisões e convocam reuniões simplesmente para nos informar sobre o que eles decidiram”

Realmente, numa reunião que participei, os representantes do quarteirão tem a sua agenda e essa agenda obedece uma lógica de assuntos e decisões já tomadas. Alguns residentes de Polana Caniço “A” não lhes são abertos um ambiente onde eles possam tomar as suas decisões em função das suas preocupações e expectativas. Simplesmente os representantes do quarteirão vão informar o que eles decidiram nas suas reuniões. Portanto, partindo dessas constatações surge-me uma inquietação, “como é que as comunidades locais podem ter um espaço do exercício de monitoria sobre os resultados das decisões tomadas se eles não são actores activos, que nem conseguem tomar as suas decisões?”.

Esta atitude dos representantes locais não só revela um aspecto autónomo de criação de regras e princípios de orientação do comportamento político dos indivíduos no nível local, mas também uma espécie de *re-centralização* do poder de decisão. Quem elege os representantes da comunidade? - “*são aquelas pessoas que têm cartões de membro dos partidos políticos” e, nunca gente que não tem nenhuma identidade política*”. Este aspecto viola os princípios que promulgam os direitos dos cidadãos que definem o exercício da cidadania.

Os dados de campo não revelam o que Amaral (2006) afirmou que a criação de um espaço de governo local, dá ao cidadão a possibilidade de construir uma comunidade e conhecer o que acontece a nível local de modo que possa ter soluções mais eficazes; condiciona o fomento espontâneo de uma geração de quadros políticos e administrativos com habilidades e capacidades de comunicação com as populações, assim como garante que haja diálogo com as autoridades tradicionais e o reforço da unidade nacional. Não revela porque existe uma fraca interacção entre os representantes do poder e as comunidades locais.

Em relação à questão do poder, Foucault (1995) já tinha avançado com a argumentação segundo a qual, as relações de poder ocorrem e podem ser percebidas pelos agentes que se organizam com seus recursos (tipos de capital físico, simbólico, cultural, económico) e interagem com as estruturas do campo para agirem sobre a acção dos outros.

O que se assiste na administração local do Polana Caniço, dado que o acto da participação, por exemplo para aqueles que se mostram interessados em fazer parte em programas do governo (a nível local) tendem a ser representados com um fraco *status* e sem capacidade financeira suficiente para ditar políticas locais de resolução dos problemas como o da criminalidade.

Um caso vivido no campo de estudo que sustenta essa afirmação, é o fenómeno de patrulhamento adoptado em muitos bairros, particularmente o em estudo. Na discussão de temáticas como criminalidade nos encontros, participantes desses encontros que não têm uma capacidade financeira para custear os indivíduos que vão patrulhar (por causa dos ditos *engomadores-grupo ferro*) durante a noite (em insumos alimentares e em algum valor simbólico em dinheiro) tendem a não ser dadas a palavra, ou mesmo quando lhes é dada, suas ideias e propostas são ignoradas.

Contudo, dada a não abertura do espaço no qual as pessoas podem participar na resolução dos seus problemas e na tomada de decisão sobre os mesmos, surgem percepções divergentes, mas que apresentam uma lógica similar. As formas de falar sobre a participação ou não têm a ver com o modo como as pessoas têm pensado ultimamente sobre a participação. Portanto, em relação a este aspecto, é pertinente afirmar que embora as pessoas não vão aos encontros marcados no bairro elas participam, onde a angústia desempenha um papel fundamental na compreensão desta prática de participação.

*“...Eu participo, porque para mim, participação comunitária pode ser resumido no envolvimento das comunidades e, ela varia de cultura para cultura. Pela experiencia vivida, existe participação de identificação de problemas, proposta de soluções. Participação em forma de associativismo”.*⁷

*Sim participo! Participo quando sou perguntado alguma coisa sobre a bem estar da minha zona, no momento que respondo estou a participar, mais também quando fico no grupo das pessoas a tirar o lixo aqui na minha zona. Participação comunitária é fazer aquilo que o governo manda, pagar lixo, viver com a sociedade, encontro com o chefe do bairro, patrulha.*⁸

⁷ Informante B

⁸ Informante D

Embora haja um nível mínimo de abertura política, existem ainda alguns sinais da partidarização das instituições do Estado, a título de exemplo, quando perguntados sobre a participação de certos actores políticos no processo governativo, os entrevistados afirmaram não ser possível falar deste assunto “...*desculpa, isso é comprometedor, não se fala nisso [sic]*”⁹. Isto pressagia o pavor que a pessoas têm no que toca a sua identificação partidária, e isto compromete os esforços desenvolvidos no âmbito da descentralização.

Em relação às funções das comunidades locais, Forquilha (2010) afirma que a legislação menciona de forma clara as tarefas de participação no processo de preparação, implementação e controlo dos planos, mas na prática a principal área de actuação das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs) tem se limitado essencialmente ao exercício de planificação, nomeadamente o processo de elaboração dos planos estratégicos e operacionais. Ora, neste contexto, os dados revelam que há um fraco nível de participação, dado pelos meios de comunicação que são usados para difundir a informação.

“Para as informações do bairro diluírem-se até a base nós usamos os diferentes órgãos de direcção existente ao nível do bairro, eu passo a informação para o chefe do círculo, ele passa para os chefes dos quarteirões, estes por sua vez passam para os chefes das 10 casas e os das 10 casas passam para as populações que constituem a sua direcção; por vezes tem sido por uma mensagem em telefone”¹⁰.

Das entrevistas efectuadas ao grupo alvo constatei que há um certo secretismo no que concerne a informação sobre a participação da comunidade no processo de governação local. E isto constitui um desafio, pois o que notei é que há muita burocratização para o seu devido acesso, e este processo é bastante longo e moroso. Nesse contexto, a participação é muitas vezes falada e não demonstrada, daí que há necessidade de se desenvolver e aplicar indicadores que possam elucidar como a participação ocorre e qual é o seu efeito sobre os participantes e a sociedade em geral.

⁹ Entrevista com o informante F

¹⁰ Informante G

Numa das conversas informais, um dos informantes afirma que esteve envolvido na problemática que viera a impulsionar o debate sobre a liberdade de imprensa e do jornalismo investigativo, seu nome esteve metido nelas. Ele é muito conhecido, quase em todo bairro e, quase em todo o país (mas por pessoas que acompanharam o seu envolvimento nas problemáticas explicitadas acima).

Questionado se poderia me dizer alguma coisa sobre a governação participativa, suas declarações foram impressionantes e imbuídas de lógicas marcadas pelas trajectórias históricas, o que nos remete à ideia de que a forma como as pessoas pensam, representam e participam na governação local não podem ser vistas como factores isoladas das trajectórias socioculturais por elas atravessadas.

“Fui um homem de grande polémica e hoje sou conhecido graças a isso. Embora as pessoas me tenham conhecido por aspectos que eram negativos, hoje me conhecem como alguém injustiçado. Governação em Moçambique será efectiva quando os sistemas judiciários forem também efectivos. Olha que tenho contas com o Estado, ele me deve. Nunca, realmente fui participar a nenhuma reunião do quarteirão, muito menos do bairro, porque a minha volta ao trabalho revelou-se uma grande conquista feita e, desafios a enfrentar para limpar a minha imagem frente aos colegas. Os chefes do quarteirão vêm aqui falar comigo pedir sugestões e ajuda em termos de ideias. A minha participação na governação tem sido nesse sentido¹¹”.

Este trecho para além de mostrar como é que as trajectórias sociais e individuais influenciam na forma como as pessoas participam neste processo, mostram como é o mesmo processo que cria e configura as relações e os espaços de identificação. A forma como certos indivíduos vão participar (directa ou indirectamente) está associada com o *status social* que os mesmos têm no meio em que se encontram. Foi nesses termos que Bourdieu (2006) se debruçou ao procurar falar do poder político e a forma como os indivíduos vão se relacionar por meio do mesmo. Olhando para as categorias de classes, designados por capitais (social, económico e cultural), este informante ao oferecer sugestões, ideias aos chefes de quarteirões, funciona, por um lado, como uma espécie de conselheiro destes e, como um governante indirecto, por outro.

¹¹ Entrevista com o informante H

6 Considerações Finais

Tratando-se de uma pesquisa exploratória sobre a participação política na governação local, este estudo não oferece conclusões definitivas, estando sujeito a críticas ou aprofundamento em futuras pesquisas. Neste estudo explorei as representações sociais sobre a governação local, trajetórias individuais e sociais dos que estariam a participar nesse processo, as diferentes práticas e discursos produzidos a volta da participação no processo da governação na cidade de Maputo.

Concluo que a participação comunitária no processo da Governação Local, mais do que um instrumento conceptual analítico, constitui-se como uma prática social, configurada por um conjunto de ideias, valores e comportamentos individuais e colectivos que se vêm construir e reconstruir no dia-a-dia das interacções entre estes (actores sociais).

Portanto, optei pela teoria interaccionista, na sua vertente da representação social, como uma perspectiva que orientou a pesquisa. A operacionalização desta teoria permitiu compreender a lógica da construção dos processos de identificação, *status social* em relação com os espaços onde eles se manifestam. Esta teoria permitiu compreender como é que os residentes interagem e se auto-representam no processo da governação local, através da identificação e descrição dos mecanismos de participação destes e, como é que através dos seus recursos próprios interferem e reconfiguram os processos governativos.

Esta teoria foi colocada a luz de uma abordagem da antropologia do político, através da qual foi possível compreender como é que as formas de interacção entre os actores envolvidos tendem a produzir lógicas de distinção (como considerou Bourdieu). Este trabalho, partindo desta perspectiva, conclui que o processo de representação não exclusivamente auto-suficiente dos actores envolvidos, visto que o processo da tomada de decisão é colocado num conjunto de requisitos socialmente consideráveis, dos quais apresentam-se as especializadas, posições funcionalmente diferenciadas e conhecimento codificado.

Portanto, desta pesquisa refuta-se as duas abordagens funcional e contra- funcional, adoptando a abordagem de Geertz que preconiza os significados das acções dos indivíduos, olhando para o contexto social, simbólico e político. Esta análise transcende a dimensão conceptual da

governança local, mas preocupada na dimensão fenomenal e prática deste processo, pois, abre espaço para a compreensão das formas de participação e representação social olhando para estratégias de governança a nível local.

Através das categorias como *tempo e assuntos da reunião*, alguns residentes do Polana Caniço tendem a interagir entre eles em função das estratégias adoptadas pelo governo, criando e reconfigurando os mecanismos formais de governança, estabelecendo-se espaços de interacção através dos quais se assiste um processo de identificação entre os actores sociais envolvidos.

As ideias e representações sobre a participação no processo da Governança Local são construídas socialmente em função do contexto (socioeconómico, político, simbólico, cultural, assim como intelectual) no qual os indivíduos estão inseridos. Dada a não abertura do espaço no qual as pessoas podem participar na resolução dos seus problemas e na tomada de decisão sobre os mesmos, surgem percepções divergentes, mas que apresentam uma lógica similar.

As formas de falar sobre a participação ou não, têm a ver com as formas como estas pessoas pensam no quotidiano. Portanto, em relação a este aspecto, é pertinente afirmar que embora as pessoas não vão aos encontros marcados no bairro elas participam, onde a angústia desempenha um papel fundamental na compreensão desta prática de participação.

As entrevistas e conversas informais estabelecidas mostram que as interacções entre os actores no processo da governança local são influenciadas pelas trajectórias sociais e individuais e, cria e configura as relações e os espaços de identificação. As conclusões deste estudo permitem problematizar a visão formal e exclusivista sobre o que é ou deve ser participação comunitária, que não abre espaço para compreender os recursos adoptados pelos indivíduos como respostas ao fenómeno da governança participativa.

O estudo conclui que a não participação em alguns encontros do bairro, por parte dos residentes de Polana caniço “A” constitui-se como um mecanismo e estratégias de reivindicação do espaço de tomada de decisão que não lhes é aberto em actividades políticas, onde simplesmente, os chefes de quarteirão vão informar o que eles decidiram nas suas reuniões.

Finalmente, este estudo permite ir ao alcance de algumas considerações (colocadas como hipótese) segundo as quais, as representações sociais criadas pelos residentes do bairro Polana

Canção “A” sobre a participação no processo da Governação Local, são construídas socialmente em função da sua realidade política, simbólica, cultural, assim como intelectual, no qual os indivíduos estão inseridos.

E, por outro lado, as conclusões não apresentam como exclusiva a hipótese segundo a qual, a lógica da participação destes que interfere no processo governativo influencia e controla as iniciativas, decisões e recursos adoptados e disponibilizados pelo governo, pois, os representantes a nível local adoptaram mecanismos eficazes, que embora bloqueiam o espaço de decisão da comunidade, manipulam todas as tentativas de influenciar as decisões antes tomadas, em relação aos que participam em encontros locais.

Neste contexto, a pesquisa realizada e os dados colhidos levantaram uma inquietação segundo a qual “como é que as comunidades locais podem ter um espaço do exercício de monitoria sobre os resultados das decisões tomadas se eles não são actores activos, que nem conseguem tomar as suas decisões?”. A resposta a esta pergunta, pode abrir espaços de debate sobre o espaço de exercício de direitos dos cidadãos e a sua relação com a governação participativa para pesquisas futuras.

7 Referências Bibliográficas

ALVES, A. T; COSSA, B. R. 1997. *Guião das Autarquias Locais*. Maputo: Guambe e Wiemer (Ed.).

AMARAL, D. F. 2006. *Curso de Direito Administrativo*. Lisboa: Almedina, pp. 834-835.

ARAÚJO, N. E. De. 1969. *Compêndio de Direito Administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, Vol. II.

ARRETCHE, M. 2007, *A agenda institucional*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22 (64), pp. 141-151.

BALANDIER, G.. 1987. “Construção da Antropologia Política” in G. Balandier *Antropologia Política*. Lisboa: Presença. pp: 15-32

BILÉRIO, B. 2007. *Papel dos Governos (Autarquias) Locais na Consolidação da Democracia em Moçambique: 1998-2006. Caso do Município de Inhambane*. Maputo: IESE, Conference Paper n1.

BOURDIEU, P. 2006. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. São Paulo: Editora Zouk.

BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*, Lisboa: Editora Bertrand.

BRITO, L. de. 2003. “Democracia, cidadania e abertura do espaço político moçambicano”. In: *Partido, Cidadãos e Eleições Locais em Moçambique-2003*. Maputo: Instituto, Sociedade e Administração.

CÁCERES, D. et al (Coord.). 2007. *Desenvolvimento Económico Local em Moçambique m-DEL para a Planificação distrital: Um método para identificar potencialidades económicas e estratégias para a sua promoção*. Chimoio/Berlim. Vol.1

CANHANGA, N. 2011. *Participativa na Configuração de Agendas Políticas Locais*”. IN *Cidadania, Governação em Moçambique*. Luís de Brito et al (Org.). IESE.

CANHANGA, N. 2007. *Os Desafios da descentralização e dinâmicas da planificação participativa na configuração de agendas políticas locais*. Maputo: Comunicação apresentada na

Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Centro de Conferências das telecomunicações de Moçambique. Maputo.

CANHANGA, N. 2008. *Os desafios da descentralização e a dinâmica da planificação participativa na configuração de agendas políticas locais*.

CARTA AFRICANA (assinada em 1990 em Arusha, Tanzânia)

CHEVALIER, J. 2003. *La Gouvernance, un nouveau paradigme étatique?* Revue française d'Administration Publique, 1-2 (105-106), pp. 203-207

CHICHAVA, A. 1999. *Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique*. Maputo.

CHICHAVA, J. 1998. *Planeamento do desenvolvimento municipal em moçambique: conceitos, práticas e reflexões*. MAE, programa de reforma dos órgãos locais (PROL), texto de discussão n10, Maputo. UEM-FLCS. Trabalho de licenciatura.

Da MATTA, R. 1985. "Espaço-casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: Da MATTA, R. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, p. 25-54.

DINERMAN, A. 1999. "O Surgimento dos Antigos Régulos como 'Chefes de Produção' na Província de Nampula (1975-1987)", *Estudos Moçambicanos* (17): 95-256

DURKHEIM, E. 1970. *Representações individuais e Representações colectivas*". In: Sociologia e filosofia, 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ERNESTO, N. 2003. "Partidos e Grupos na Competição eleitoral municipal" In *Partidos, Cidadãos e Eleições em Moçambique-2003*. Maputo: Instituto, Sociedade e Administração

FARIA, F; CHICHAVA, A. 1999. *Descentralização e Cooperação descentralizada em Moçambique*.

FORQUILHA, S. 2007. "Remendo novo pano velho"? *O impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique*. Maputo: IESE

FORQUILHA, S. 2010. *Governação Distrital No Contexto Das Reformas De Descentralização Administrativa Em Moçambique: Lógicas, Dinâmicas E Desafios*. Maputo: IESE

FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. 1940. “Introduction”. In M. Fortes e Evans-Pritchard (eds) *African Political Systems*. London: International Institute of Languages and Cultures and Oxford University Press. Pp-1-23.

FOUCAULT, M. 1979 [2008]. “Governamentalidade” In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal. pp. 277-293.

FOUCAULT, M. 1995. “O Sujeito e o Poder” em: RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel Foucault: *Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FROY, C. 2010. *Representações Simbólicas da Alimentação: Um Estudo Qualitativo na —Bósnia do Tangaráll no Campus Universitário da UEM em Maputo*. Maputo: UEM/FLCS. Dissertação de licenciatura em Sociologia.

GEERTZ, C. 1989. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC editora.

GEERTZ C. 1997, *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro (RJ): Vozes.

GEERTZ, C. 2001, *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

GOFFMAN, E. 1975. *Frame Analysis: An essay on the Organization of Experience*. Cambridge, MA (US): Harvard University Press.

GOFFMAN, Erving. 1983. *A representação do eu na vida quotidiana*, Petrópolis editora vozes. São Paulo.

GOFFMAN, E. 2002. *O Interacionalismo Simbólico*, Editora Papirus, Lisboa.

Lei 2/97, *Boletim da República*, I Série n.º 7, 2.º Suplemento, 18 de Fevereiro de 1997.

Lei 3/94, *Boletim da República*, I Série, n.º 37, 2.º Suplemento, 13 de Setembro de 1994.

Lei 8/2003, *Boletim da República*, I Série n.º 20, 1.º Suplemento, 19 de Maio de 2003.

- MAMMO, T. 1999. *The paradox of African's poverty: the role of indigenous knowledge, traditional practices and local institutions-the case of Ethiopia*. Eritrea:RSP-INC.
- MANOR, J.1999. *The Political Economy of Democratic Decentralization*. Washington DC: World Bank.
- MARTINS, C. R. M. 2002. *O envelhecimento segundo adolescentes, adultos e idosos usuários do SECS Maringá: um estudo de Representações Sociais*. Santa Catarina: UFSC. Dissertação de Mestrado em Psicologia.
- MASC. 2011. *Guião de Consulta Para a Participação Comunitária e da Sociedade Civil na Promoção da Boa Governação: Âmbito Distrital*. Maputo
- MATSIMBE, Z.A. 2000. *A participação da comunidade na gestão dos recursos naturais: o caso do posto administrativo da praia de bilene*. Maputo: UEM-FLCS
- MINAYO, M. & SANCHES, O. 1993. "Quantitativo - Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?" in *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro 9 (3): 239-262
- MOÇAMBIQUE. 2008. *Mecanismo Africano de Revisão de Pares: Relatório de Auto-avaliação do País (versão condensada)*. Maputo.
- MOSCOVICI, S. 1978. *Representação social e psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MUCABELE, A. 2004. *Papel das Autoridades Tradicionais no processo de planificação participativa: o caso da comunidade de Mirrepe-distrito de Angoche*. Maputo: UEM-FLCS. Trabalho de licenciatura em Administração Pública
- MUSSANE, G. 2002. *Impacto dos Projectos de Desenvolvimento Rural nas Redes Sociais- O caso do projecto Licuáti (Djavula-1997/2002)*. Maputo. Dissertação de licenciatura em Antropologia. Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Letras e Ciências Sociais.
- OTAYEK, R. 2005. *La décentralisation comme mode de redéfinition de la domination autoritaire? Quelques réflexions à partir de situations africaines*. Disponível em: http://sites.univ-lyon2.fr/congres-afsp/article.php3?id_article=19 (consultado a 25 de Agosto de 2013).

PARBATO, T.M. 2009. *Participação Comunitária em Projectos de Desenvolvimento Local : o caso da Associação Irmãos Unidos de Morrumbene*. Maputo. Dissertação de licenciatura em Antropologia. UEM-FLCS.

PEIRANO, Marisa G. S. 1992, *A favor da etnografia*. Brasília: pp.10-23.

PRETTY, J. et al. 1995. *Participatory learning and action. A trainer guide*, IIED, London.

ROWLAND, R. 1987, *Antropologia, Historia e Diferença*, Porto: Afrontamento.

SHEPHERD, A. (1998). *Sustainable rural development, discussion paper*.

SWARTZ, M. 1968. "Introduction" in M. Swartz (ed.) *Local-Level Politics: Social and Cultural Perspectives*, Chicago: Aldinepp: 1-46.

SHENGA, C. e MATTES, R. 2011. "Cidadania acrítica numa sociedade de baixa informação: Os moçambicanos numa perspectiva comparativa". IN *Cidadania e Governação em Moçambique-comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos*. Luís de Brito et al (org.). IESE.

TAJÚ, G. 2002. "Desafios para uma maior participação dos Municípios e da Comunidade na Governação Autárquica" In *A cobertura jornalística do processo de descentralização*. Maputo: Freiderich Stiftung

VALÁ, S. 1997. Imperatives da participação comunitária no dese rural in *Jornal Domingo*, 11/01/97, nº833, pg.18

VELHO, G. 2004. *Subjectividade e Sociedade: uma experiencia de Geração*. Rio de Janeiro: Zahar editores